

## Perfil epidemiológico da violência contra a mulher em um município do interior do Maranhão, Brasil

056

Samylla Bruna de Jesus Silva\*  
Hayla Nunes da Conceição\*  
Marília Ramalho Oliveira\*  
Joseneide Teixeira Câmara\*  
Leônidas Reis Pinheiro Moura\*  
Karoline dos Santos Silva\*  
Beatriz Mourão Pereira\*

### Resumo

A violência contra a mulher em qualquer momento de sua vida é um grave problema social e de saúde pública a ser enfrentado no Brasil. Nessa perspectiva o presente estudo tem como objetivo analisar o perfil epidemiológico das mulheres vítimas de violência doméstica em um município do Maranhão. Trata-se de uma pesquisa do tipo transversal, exploratória e descritiva com abordagem quantitativa. No período de 2014 a 2018, foram notificados 1.395 casos de violência doméstica contra mulher em um município no interior do Maranhão. Diante dos dados, verificou-se que a violência foi prevalente em mulheres com idades entre 19 a 29 anos (n=513; 36,77%), pardas (n=1372; 98,35%), solteiras (n=829; 59,43%), com ensino fundamental (n=811; 58,18%) e eram domésticas (n=594; 42,58%). O tipo de violência mais comum foi a psicológica/moral (n=614; 44,00%), e meio de agressão prevalente foi a ameaça (n=774; 55,48%). Em suma, evidenciou-se que os casos de violência contra a mulher são prevalentes em mulheres jovens, pardas, casadas ou união consensual, com baixa escolaridades e domésticas. Sendo o tipo de violência mais praticada contra as mulheres foi a violência psicológica/moral.

**Palavras-chave:** Violência doméstica. Mulheres. Violência contra a mulher.

### INTRODUÇÃO

A maior parte das agressões sofridas pelas mulheres é decorrente de conflitos interpessoais, o que acaba por merecer pouca atenção e sua exposição causa embaraço<sup>1</sup>. Estes traços contribuem para a complexidade do fenômeno, uma vez que é inerente às situações entre homens e mulheres, que

mantêm vínculos afetivos e profissionais<sup>1</sup>. Assim, para se analisar tais situações, devem ser consideradas as múltiplas determinações, as tramas socioculturais que as circunscrevem, bem como as condições materiais das agredidas e dos agressores<sup>1</sup>. No entanto, as ações ainda são pouco eficazes por parte do

DOI: 10.15343/0104-7809.202145056065

\*Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. São Luís/MA, Brasil.  
E-mail: samyllaflower@hotmail.com

aparato policial e jurídico, que repercutem em uma visão de escassa resolução e que acarreta o descrédito por parte das agredidas e da sociedade frente à impunidade geral<sup>1</sup>.

O índice de violência doméstica com vítimas femininas é três vezes maior que o registrado com homens. Dados avaliados mostram também que, em 43,1% dos casos, a violência ocorre tipicamente na residência da mulher, e em 36,7% dos casos a agressão se dá em vias pública<sup>2</sup>. A violência contra a mulher é um dos maiores problemas sociais enfrentados no cenário nacional, fruto de uma cultura conservadora e patriarcal, que por séculos colocou a mulher como um ser inferior, não possuindo autonomia para realizar suas próprias vontades ou sonhos, sendo submetida ao padrão imposto pela figura masculina<sup>3</sup>. Sendo que para ser compreendida, em toda sua complexidade, a violência contra as mulheres deve ser entendida como violação de gênero e sua análise deve ser feita não apenas em termos de atos individuais<sup>4</sup>.

No Brasil, em 2013, foram registradas notificações de violências no Sinan/MS em 61,5% dos municípios. Em 13 unidades da Federação (UFs) esse percentual foi maior que a média do Brasil e, em 10 UFs, foi abaixo da média brasileira, sendo a Paraíba a de menor cobertura<sup>5</sup>. Foram 188.728 notificações, das quais excluíram-se 104 casos sem informação sobre o sexo, totalizando 188.624 notificações válidas para a análise. Do total de casos notificados, 56.447 (29,9%) ocorreram entre homens e 132.177 (70,1%), entre mulheres<sup>2</sup>. No ano de 2017, o estado de São Paulo responde pela menor taxa de feminicídio, 2,2 por 100 mil mulheres, seguido pelo Distrito Federal (2,9), Santa Catarina

(3,1) e Piauí (3,2), e ainda Maranhão (3,6) e Minas Gerais (3,7)<sup>6</sup>.

Diante disso, estudar a violência contra mulher é uma importante forma de contribuir para diminuir a invisibilidade desta realidade vivenciada por inúmeras mulheres<sup>8</sup>. Ressalta-se, assim, a importância de se identificar os fatores associados à violência contra as mulheres, uma vez que aspectos sociodemográficos, comportamentais e culturais podem intensificar a violência praticada pelo parceiro. Embora a violência contra a mulher seja amplamente encontrada em todas as classes sociais, estudos evidenciam que a faixa etária jovem, raça negra, estado civil solteira ou divorciada, baixa escolaridade, nível econômico desfavorável, ainda que inconstante, são encontrados com frequência entre mulheres com história de violência ao redor do mundo<sup>4</sup>.

Mesmo diante do alto índice das notificações de violência contra mulher, temos uma subnotificação dos casos. Sendo que a subnotificação ainda é comum e que uma parte dos casos não é registrado pelos serviços de informação. No Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais realizados em 2016 afirma que, o ponto principal é que não se sabe ao certo se o aumento dos registros de feminicídios pelas polícias reflete efetivamente aumento no número de casos, ou diminuição da subnotificação, uma vez que a Lei do Feminicídio (Lei no 13.104, de 09/03/2015) é relativamente nova, de modo que pode haver processo de aprendizado em curso pelas autoridades judiciárias. Se os registros de feminicídios das Polícias podem embutir alguma subnotificação, em função da não imputação do agravante de feminicídio

ao crime de homicídio, por outro lado, a análise dos dados agregados da saúde não permite uma elucidação da questão, uma vez que a classificação internacional de doenças (CID), utilizada pelo Ministério da Saúde, não lida com questões de tipificação legal e

muito menos com a motivação que gerou a agressão<sup>9</sup>.

Nessa perspectiva o presente estudo tem como objetivo analisar o perfil epidemiológico das mulheres vítimas de violência doméstica no município de Caxias-MA.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa do tipo transversal, exploratória e descritiva com abordagem quantitativa. A pesquisa, que teve como cenário em um município do Maranhão, Brasil. Foram incluídos nesse estudo todas as fichas de notificação de violência contra a mulheres, com idade igual ou superior a 18 anos, residentes do município e notificadas no período de 2014 a 2018. E foram excluídos os casos notificados mais de uma vez, a fim de evitar duplicidade de informação, aquelas fichas que apresentam o preenchimento ilegível ou incompleto.

Os dados foram coletados das fichas de notificação de violência interpessoal/autoprovocada na vigilância epidemiológica do Município. As variáveis investigadas sobre o perfil das mulheres vítima de violência foram: ano de notificação, faixa etária, escolaridade, raça/cor, situação conjugal/estado civil, ocupação, tipo de violência, local da ocorrência, vínculo com o agressor e

ciclo de vida do provável autor da violência.

A análise estatística dos dados foi obtida com software Epi Info versão 7.2.1.0, onde foi realizada uma análise descritiva, a partir de frequências absolutas e relativas para as variáveis sociodemográficas e econômicas e posteriormente foi utilizado o teste do qui-quadrado para verificar se teve associação entre as variáveis. Quando o p-valor é menor que o nível de significância ( $p\text{-valor} < 0,05$ ) ela é dita como significativa. Para o cálculo da redução percentual do número de casos de violência entre o primeiro e último ano de estudo, realizou-se a subtração do valor inicial menos o valor final e dividiu-se o resultado pelo valor inicial e posteriormente multiplicou-se por 100.

Precedeu-se o estudo pela aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) sob o parecer de número 3.235.493.3.287.765.

## RESULTADOS

No período de 2014 a 2018, foram notificados 1.395 casos de violência doméstica contra mulher no município de Caxias - MA, com uma redução percentual de 9,75% no número de casos entre o primeiro e último ano do estudo. Sendo que no ano de 2015, houve uma grande redução, resultado provavelmente de uma subnotificação dos casos (Tabela I).

Verificou-se que a violência foi prevalente em mulheres com idades entre 19 a 29 anos (n=513; 36,77%), pardas (n=1372; 98,35%), solteiras (n=829; 59,43%), com ensino fundamental (n=811; 58,18%) e sendo domésticas (n=594; 42,58%). O tipo de violência mais comum foi a psicológica/moral (n=614; 44,00%), e a ameaça sendo o meio de agressão prevalente (n=774; 55,48%). No perfil do agressor, evidenciou que a violência

contra a mulher foi praticada pelo parceiro íntimo (n=917; 65,74%) com idades entre 25 a 29 anos (n=1204; 86,31%) (Tabela I).

A tabela II apresenta os tipos de violência contra mulheres a partir dos 19 anos e as variáveis analisadas. A violência física ocorreu mais comumente em mulher com idade entre 19 a 29 anos (40%), pardas (97,9%), sendo domésticas (52,5%), cometida pelo parceiro íntimo (76%) com idade entre 25 a 29 anos (73%). Na violência psicológica moral teve mais ênfase na idade entre 30 a 39 anos (35,8%), tendo outras como ocupação (49,5%). As variáveis que apresentaram associação ( $p < 0,05$ ) foram a faixa etária, raça, escolaridade e situação conjugal da mulher. O vínculo do agressor e a idade dos mesmos também apresentam associação (Tabela II).

**Tabela 1-** Distribuição das ocorrências de violência contra mulheres, segundo características da vítima, vínculo com o agressor e características da violência. Caxias, MA, 2014 a 2018.

VARIÁVEL	n	%
<b>Ano de ocorrência</b>		
2014	401	28,75
2015	63	4,52
2016	374	26,81
2017	195	13,98
2018	362	22,95
<b>Faixa etária</b>		
19 a 29 anos	513	36,77
30 a 39 anos	508	36,42
40 a 49 anos	209	14,98
50 a 59 anos	81	5,81
Maior ou igual a 60 anos	84	6,02
<b>Raça</b>		
Preta	10	0,72
Parda	1372	98,35
Outras	13	0,92
<b>Situação conjugal/estado civil</b>		
Casada/união consensual	428	30,68
Ignorado	16	1,15
Separado	92	6,59
Solteiro	829	59,43
Viúvo	30	2,15
<b>Escolaridade</b>		
Ensino fundamental	811	58,18
Ensino médio	120	8,61
Outras	463	33,21
<b>Ocupação</b>		
Doméstica	594	42,58
Lavadora	135	9,68
Estudante	78	5,59
Outras	587	41,09
<b>Tipo de violência</b>		
Sexual	375	26,88
Psicologia/moral	614	44,00
Outros	406	29,12

*continua...*

continuação tabela 1...

VARIÁVEL	n	%
<b>Local de ocorrência</b>		
Residência	1337	96,26
Via pública		2,23
Outros		1,89
<b>Meio de Agressão</b>		
Ameaça	774	55,48
Força corp. espancamento	246	17,63
Injúria	14	1,00
Psicológica	31	2,23
Obj. perfuro cortante	15	1,08
Outros	306	21,86
<b>Vínculo com o agressor</b>		
Parceiro íntimo	917	65,74
Outros	478	34,26
Ciclo de vida do provável autor da violência		
Ignorado	2	0,14
Jovem (20 a 24 anos)	188	13,48
Pessoa Adulta (25 a29 anos)	1204	86,31
Pessoa Idosa (60 anos ou mais)	01	0,07
Total	1395	100

061

Fonte: SINAN-Vigilância Epidemiológica de Caxias, Secretaria Municipal de Saúde de Caxias, 2018

**Tabela 2-** Associação entre as características da vítima, vínculo com o agressor e características da violência. Caxias, MA, 2014 a 2018.

Variáveis	Tipo de Agressão						p-valor*
	Física		Psicológica/Moral		Outras		
	n	%	n	%	n	%	
<b>Ano de ocorrência</b>							
2014 – 2015	18	4,8	261	42,5	185	45,6	
2016 – 2017	148	39,5	258	42,0	163	40,1	0,000**
2018	209	55,7	95	15,5	58	14,3	
<b>Faixa Etária</b>							
19 a 29 anos	150	40,0	206	33,6	157	38,7	
30 a 39 anos	132	35,2	220	35,8	156	38,4	0,040**
40 ou mais anos	93	24,8	188	30,6	93	22,9	
<b>Raça</b>							
Branca	7	1,9	1	0,2	0	0,0	
Preta/Parda	367	97,9	612	99,7	403	99,3	0,002**
Outras	3	0,31	1	0,2	3	0,7	

continua...

continuação tabela 2...

Variáveis	Tipo de Agressão						
<b>Escolaridade</b>							
Fundamental	254	67,7	454	73,9	308	75,9	0,121
Médio	46	12,3	58	9,4	36	8,9	
Outros	75	20,0	102	16,6	62	15,3	
<b>Ocupação</b>							
Doméstica	197	52,5	236	38,4	163	40,1	0,000**
Lavrador	7	1,9	74	12,1	54	13,3	
Outras	171	45,6	304	49,5	189	46,6	
<b>Situação Conjugal</b>							
Solteiro	184	49,1	387	63,0	258	63,5	
Casado/União estável	161	42,9	155	25,3	112	27,6	0,000**
Outros	30	8,0	72	11,7	36	8,9	
Parceiro íntimo	285	76,0	353	57,5	290	71,4	0,000**
Familiar	30	8,0	49	8,0	34	8,4	
Outros	16,0	60	212	34,5	82	20,2	
<b>Idade do agressor</b>							
Jovem (20 a 24 anos)	100	26,7	55	9,0	33	8,1	
Adulto (25 a 29 anos)	275	73,3	558	90,9	371	91,4	0,000**
Outros	0	0,0	1	0,2	2	0,5	

\*Teste Qui-Quadrado (95% de confiança). \*\*Significância estatística.

Fonte: SINAN-Vigilância Epidemiológica de Caxias, Secretaria Municipal de Saúde de Caxias, 2018

## DISCUSSÃO

O presente estudo apresenta os primeiros dados sobre violência contra a mulher no período de 2014 a 2018 no município de Caxias, Maranhão, dimensiona o panorama desse agravo como problema de saúde pública. Essa pesquisa evidencia que o perfil da violência física se difere em alguns pontos daquele encontrado na violência psicológica/moral. Enquanto a agressão física foi cometida, majoritariamente, em mulheres jovens e sendo domésticas na psicológica/moral foi prevalente na faixa etária de 30 a 39 anos e tendo outras como ocupação.

Ambos os tipos de violência foram

prevalentes em mulheres jovens, pardas, solteiras, baixa escolaridade, corroboram com outros estudos da literatura<sup>10,11</sup>. Um estudo exploratório realizado com base em 1.388 registros de ocorrências de violência contra a mulher, em uma região metropolitana do Nordeste do Brasil encontrou resultados semelhantes com a prevalência da violência em mulheres jovens e com baixa escolaridade<sup>12,13</sup>. Mulheres com faixa etária mais frequente provavelmente são as adolescentes/jovens são mais acometidas do que as mais velhas, pois agrega-se ao caso de serem mulheres, a baixa idade, o acesso restrito aos meios

de proteção, a dependência econômica e a menor escolaridade. A baixa escolaridade, condições socioeconômicas, desemprego, ter presenciado violência contra a sua mãe ou ter sido vítima de violência na infância tem sido associado a um maior risco da mulher ser vítima de violência<sup>14,15</sup>.

A prevalência do parceiro íntimo no estudo como autor da violência contra a mulher em Caxias-MA foi notável em todos os tipos de agressão e que possuíam faixa etária de 25 a 29 anos, corroboram com outros estudos da literatura<sup>16</sup>. Uma pesquisa transversal realizada com 470 mulheres no município de Ribeirão das Neves, evidenciou resultados análogos com preponderância de todas as ocorrências de violência praticada pelo seu parceiro íntimo<sup>17,18</sup>. Assim como, em um estudo descritivo executado com mulheres 2.379 usuárias de UBS do Estado de São Paulo, referiu que mais da metade das mulheres sofreu violência por parceiro íntimo alguma vez na vida, nos 12 meses anteriores à entrevista. Quase um terço das mulheres relatou violência física perpetrada por parceiro íntimo alguma vez e cerca de uma de cada dez nos últimos 12 meses. Enfatizando que o homem em situação de agressão, em geral, é uma pessoa da convivência das mulheres em situação de violência, estando dentro da própria casa e pertencente ao convívio intrafamiliar<sup>19</sup>.

No que concerne ao tipo de violência mais preponderante no estudo temos a violência psicológica moral que colabora com estudos desenvolvidos na área. Uma pesquisa

descritiva executada em João Pessoa com 12 mulheres, foi constatado que a violência psicológica ou emocional e a violência física são as mais frequentes. Na maioria dos casos, a violência psicológica ou emocional é a mais encontrada, principalmente nas modalidades de humilhações, xingamentos e desprezo<sup>20,21</sup>. Um estudo descritivo executado no município de João Pessoa com 860 mulher, observaram que a psicológica foi mais evidenciada, seguida pela, física e sexual<sup>22</sup>. Já uma pesquisa descritiva realizada com 401 notificações por meio de dados secundários oriundos do Hospital Universitário do Vale do São Francisco contrapõe os achados dos estudos anteriores e demonstra que violência mais praticada foi a física, seguida da psicológica, tortura, violência sexual (2%), financeira, intervenção legal e outros tipos não descritos<sup>23</sup>.

Esse estudo tem ao menos três limitações que devem ser consideradas. Primeiro a utilização de dados secundários, o que está passível a falha no preenchimento e/ ou incompletude de informações nas das fichas de notificação, que interferem diretamente na divulgação de informações. Segundo, os dados não podem ser generalizados para todas as mulheres vítimas de violência no município, uma vez que as notificações são realizadas apenas em serviços de saúde ou atendimento à mulher em situação de violência uma vez que muitas não buscam esses serviços. Terceiro, foi analisado apenas mulheres com idade igual ou superior a 19 anos, não tendo sido analisada a violência contra mulheres na infância e fase inicial da adolescência.

## CONCLUSÃO

Em suma, evidenciou-se uma redução no número de casos de violência contra a mulher ser prevalente em mulher jovens, pardas, casadas ou em união consensual, com baixa escolaridades e domésticas. O tipo de violência mais comum foi a violência psicológica/moral, por meio de ameaças e sendo praticada pelo parceiro íntimo.

Os dados apontam a violência contra a mulher apresenta associação com fatores sociodemográficos como faixa etária, raça,

escolaridade e situação conjugal da mulher. Dessa forma, nota-se a relevância de estudos sobre a violência contra a mulher, como também, a obrigatoriedade das notificações dos casos, pois frente a este estudo é evidente que não se fornece um panorama fidedigno da violência contra a mulher no município e que para isso é importante a realização de pesquisas diretas para que se possa analisar a real magnitude desse fenômeno.

## REFERÊNCIAS

1. Bandeira, LM. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Soc estado. [internet]. 2014 Mai [acesso 2018 out 20]; 29(2): 449-469. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=en&nrm=iso).
2. Organização Mundial de Saúde (OMS). Folha Informativa – Violência contra as mulheres. OMS. Nov 2017. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820).
3. Bueno S, Neme C, Sobral I, et al. Atlas da violência. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. IPEA. São Paulo, ed. 2. 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/8891-1250-170602atlasdaviolencia2017.pdf>.
4. Bueno S, Neme C, Sobral I, et al. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. Relatório-pesquisa. São Paulo, ed. 2. 2019. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>.
5. Cerqueira D, Bueno S, Lima RS, Neme C et al. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. IPEA. Atlas da Violência 2019. Rio de Janeiro, ed. 1. 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/7047-190802atlasdaviolencia2019municipios.pdf>.
6. Cerqueira D, Bueno S, Lima RS, Neme C et al. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. IPEA. Atlas da Violência 2019. Rio de Janeiro, ed. 2. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/6537-atlas2019.pdf>.
7. Garbin CAS, Dias IA, Rovida TAS et al. Desafios do profissional de saúde na notificação da violência: obrigatoriedade, efetivação e encaminhamento. Ciênc & Saúde Coletiva. [online]. 2015 Mai [acesso 2019 fev. 12]; 20(6):1879-1890. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v20n6/1413-8123-csc-20-06-1879.pdf>.
8. Delziovo CR, Bolsoni CC, Nazário NO, et al. Características dos casos de violência sexual contra mulheres adolescentes e adultas notificados pelos serviços públicos de saúde em Santa Catarina, Brasil. Cad Saúde Pública. [internet]. 2017 Jul [acesso 2019 març 10]; 33(6): e00002716. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2017000605011&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2017000605011&script=sci_abstract&tlng=pt).
9. Instituto de Pesquisa Data Senado. Panorama da violência contra as mulheres no Brasil [recurso eletrônico]: indicadores nacionais e estaduais. Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher contra a Violência, 2016. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/529424>.
10. Ferreira RM, Vasconcelos TB, Filho REM et al. Características de saúde de mulheres em situação de violência doméstica abrigadas em uma unidade de proteção estadual. Ciênc & Saúde Coletiva. [online]. 2016 Mai [acesso 2019 jan 16]; 21(12):3937-3946. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-81232016001203937&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232016001203937&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt).
11. Amaral, LBM; Vasconcelos, TB; Sá, FE; Silva. ASR; Macena, RHM. Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em uma unidade social de proteção. Rev Estud Fem. [online]. 2016 Mai [acesso 2019 jan 25]; 24(2):821-840. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2016000200521&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2016000200521&script=sci_abstract&tlng=pt).
12. Schraiber LB, Latorre MRDO, Jr NJS et al. Validade do instrumento WHO VAW STUDY para estimar violência de gênero contra a mulher. Rev Saúde Pública. [online]. 2010 Agost. [acesso 2019 de nov. 12]; 44(4):658-666. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003489102010000400009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102010000400009).
13. Bernardino ÍM, Barbosa KGN, Nóbrega LM, et al. Violência contra mulheres em diferentes estágios do ciclo de vida no Brasil: um estudo exploratório. Rev bras epidemiol. [internet]. 2016 Out [acesso 2018 out 21]; 19(4):740-752. Disponível em: <http://www.scielo>.

br/scielo.php?pid=S1415790X2016000400740&script=sci\_abstract&lng=pt.

14. Leite FMC, Amorim MHC, Wehrmeister FC et al. Violence against women, Espírito Santo, Brazil. *Rev Saúde Pública*. [online]. 2017 Nov. [acesso 2019 de out 22]; 51(1):33. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt\\_0034-8910-rsp-S1518-87872017051006815.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt_0034-8910-rsp-S1518-87872017051006815.pdf).

15. Holanda ER, Holanda VR, Vasconcelos MS, Souza VP et al. Fatores associados à violência contra as mulheres na atenção primária de saúde. *Rev Bras Promoç Saúde*. [online]. 2018 Mai [acesso 2019 nov. 10]; 31(1):1-9. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/6580>.

16. Acosta, DF; Gomes, VLO; Fonseca, AD; Gomes, GC. Violência contra a mulher por parceiro íntimo: (in) visibilidade do problema. *Context Enferm*. 2015 Març [acesso 2019 de out. 20]; 24(1): 121-127. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/tce/v24n1/pt\\_0104-0707-tce-24-01-00121.pdf](https://www.scielo.br/pdf/tce/v24n1/pt_0104-0707-tce-24-01-00121.pdf).

17. Rosa DOA, Ramos RCS, Gomes TMV, Melo EM et al. Violência provocada pelo parceiro íntimo entre usuárias da Atenção Primária à Saúde: prevalência e fatores associados. *Saúde debate*. [online]. 2018 Dez [acesso 2019 de nov. 13]; 42(4):67-80. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042018000800067](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042018000800067).

18. Moraes MSB, Cavalcante LIC, Pantoja ZC et al. Violência por parceiro íntimo: Características dos envolvidos e da agressão. *Psi Unisc*. [online]. 2018 Jul./Dez. [acesso 2019 de nov. 12]; 2(2):78-96. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/view/11901>.

19. Griebler, CN; Borges, JL. Violência contra a mulher: perfil dos envolvidos em boletins de ocorrência da Lei Maria da Penha. *Psico*. [online]. 2013 Fev. [acesso 2020 de fev de 19]; 44(2): 215-225. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/download/11463/9640>.

20. Fonseca, DH; Ribeiro, CG; Leal, NSB. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicol Soc*. [online]. 2012 Març [acesso 2020 de jan de 19]; 24(2): 307-314. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000200008>.

21. Bozzo, ACB; Matos, GC; Beraldi, LP; Souza, MD. Violência doméstica contra a mulher: caracterização dos casos notificados em um município do interior paulista. *Ver enferm UERJ*. [online]. 2017 Fev [acesso 2019 de nov. 20]; 25(3). Disponível em: Doi: <http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2017.11173>.

22. Albuquerque, JBC; CÉSAR, ESR; SILVA, VCL et al. Violência doméstica: características sociodemográficas de mulheres cadastradas em uma Unidade de Saúde da Família. *Rev Eletr Enf*. [online]. 2013 abr/jun;15(2):382-90. Disponível em: Doi: 10.5216/ree.v15i2.18941

23. Viana AL, Lira MOSC, Vieira MC, Sarmento SS et al. Violência contra mulher. *Ver Enferm UFPE*. [online]. 2018 Abr. [acesso 2019 de març 20]; 12(4):923-929. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/110273/28639+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.

Recebido em maio 2020.  
Aceito em fevereiro 2021.